Participação Política

Political Participation

Reisado, [S.d.]

Three Kings Feast, [undated]

Political Participation

Ednaldo Ribeiro¹

Julian Borba²

In the previous edition of *Brazil in Figures* (2019), we pointed out that the context of prolonged economic and political crisis since 2013 had resulted in deep changes in the electoral scenario of 2018 (RIBEIRO; BORBA, 2019). We claimed, then, that the last elections' results could be understood as the response of our dissatisfied population to the performance of political institutions, generating high rates of political mistrust and radical changes in vote destination. Three were the main phenomena observed then: increase in the electoral abstention (and in the percentage of blank and void votes); increase in party fragmentation in the legislative; and electoral decline of traditional parties and emergence of new political forces in Brazil.

The data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) on the 2018 elections corroborate to the understanding of this scenario and can now be complemented by the information made available by opinion polls carried out by research institutions right after the elections, as the Brazilian Electoral Study (BES), coordinated

¹ PhD in Sociology from the Federal University of Paraná (UFPR). Associate Professor of the State University of Maringá (UEM) and Researcher of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

² PhD in Political Science from the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor of the Department of Sociology and Political Science of the Federal University of Santa Catarina (UFSC) and Researcher of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq).

Participação Política

Ednaldo Ribeiro¹

Julian Borba²

Na edição anterior do *Brasil em Números* 2019 apontamos que o contexto de crise econômica e política prolongada, pelo menos desde 2013, provocou profundas alterações no cenário eleitoral de 2018 (RIBEIRO; BORBA, 2019). Argumentamos que os resultados dessa última eleição seriam compreensíveis diante do persistente descontentamento da população em relação ao desempenho de nossas instituições políticas, gerando altas taxas de desconfiança política e mudanças radicais no destino do voto. Três foram os principais fenômenos observados então: aumento da abstenção eleitoral (e no percentual de votos brancos e nulos); ampliação da fragmentação partidária no legislativo; declínio eleitoral dos partidos tradicionais; e o surgimento de novas forças políticas no País.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as eleições de 2018 colaboram para a compreensão desse cenário, mas agora podem também ser complementados por informações disponibilizadas por pesquisas de opinião pública conduzidas por instituições de pesquisa logo após o pleito, como o Estudo

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

by the Center for Studies on Public Opinion (CESOP) of the State University of Campinas (Unicamp).

International research has recorded reduction in the participation of citizens in the voluntary voting processes and increase of blank and void votes in the mandatory ones (BLAIS; RUBENSON, 2012). In the Brazilian case, that takes place in a context of great electoral infrastructure improvement and continuous increase of voters. Data-crossing from 2014 against 2018 shows an increase of 542,496 voters, adding up to 146,805,548. This electorate, which was distributed among 473,797 sections, in 2016, had 479,516 sections in 2018, which represents an increase of more than 5,000. The biggest gains took place in the North and Northeast Regions, where 712 and 1,278 new sections were created, respectively (Table 8.1).

Despite the structural improvement, the electoral abstention has hit now its highest percentage since 1998, reaching 20.3%. Such figure is quite close to that found by BES, which recorded 80.4% of the respondents saying that they had voted in the first round and 79.4%, in the second. Table 8.4 points out, among voters, a national average of 2.0% and 5.6% for blank and void votes, with a highlight to São Paulo, with 3.06% of blank votes and 8.35% of void votes. That could be interpreted as an expression of dissatisfaction in relation to the available alternatives, although some of the void votes can be attributed to voters' error.

Such result is compatible with the importance given to vote by the interviewed voters in BES. When asked if voting influences whatever happens in Brazil, in a scale of five points ranging from "not at all" to "quite a lot", 19.8% concentrated on the first three points. When asked if whoever governs Brazil makes a difference, in the same scale, with 1 representing "not at all" and 5, "quite a lot", 21.9% of the respondents chose one of the three initial points. That means that nearly one-fifth of the Brazilians question the relevance of the electoral process in practical terms, which probably makes them less involved in the elections.

At the state level, the evidences of dissatisfaction were even clearer. Table 8.2 indicates the average percentages for blank and void votes of 3.9% and of 11.1%, respectively (elections for the Executive Power), with a highlight to the state of Pernambuco, which recorded 6.84% of blank votes and 22.9% of void votes. The data represent a significant rise in relation to the state elections in 2014, which had recorded 6.22% of blank and void votes together (CATECHIST, 2018).

Eleitoral Brasileiro (ESEB), coordenado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Pesquisas internacionais têm documentado redução na participação dos cidadãos em processos eleitorais facultativos e aumento das anulações e votos brancos em contextos de obrigação (BLAIS; RUBENSON, 2012). No caso brasileiro, isso ocorre em um contexto de significativa melhora da infraestrutura eleitoral e ampliação contínua do eleitorado. Comparando os dados de 2014 e 2018, observamos um acréscimo de 542 496 eleitores, chegando ao total 146 805 548. Esse eleitorado, que em 2016 se encontrava distribuído entre 473 797 seções, no pleito de 2018 tinha à sua disposição 479 516 seções, o que representa um acréscimo de mais de 5 000 unidades. Os maiores ganhos ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste, com a criação de 712 e 1 278 novas seções, respectivamente (Tabela 8.1).

A despeito dessa melhoria estrutural, constatamos que a abstenção eleitoral atingiu agora o seu maior percentual desde 1998, alcançando 20,3%. Esse número é muito próximo do encontrado pelo ESEB, que registrou 80,4% de entrevistados informando que haviam votado no primeiro turno e 79,4%, no segundo. Dentre os votantes a Tabela 8.4 indica média nacional de 2,0% e 5,6%, respectivamente para brancos e nulos, tendo como destaques São Paulo, com 3,06% de votos brancos e 8,35% de anulações, o que pode ser interpretado como manifestação de descontentamento com as alternativas disponíveis, ainda que parte das anulações possa ser resultado de erro do eleitor.

Esse quadro é compatível com a importância atribuída pelos eleitores ao voto em perguntas do ESEB. Quando questionados se o voto influencia o que acontece no Brasil, em uma escala de cinco pontos que vai de nenhuma a muita, 19,8% se posicionaram nos três primeiros pontos. Quando perguntados se faz diferença quem governa o Brasil, na mesma escala de cinco pontos, com 1 representando nenhuma diferença e 5, grande diferença, 21,9% dos entrevistados se colocaram nos três pontos iniciais. Ou seja, aproximadamente um quinto dos brasileiros questionam a relevância do processo de escolha eleitoral em termos práticos, o que provavelmente desestimula o seu envolvimento nas eleições.

No nível estadual os sinais de descontentamento foram mais evidentes. A Tabela 8.2 indica percentuais médios para votos brancos e nulos de 3,9% e 11,1%, respectivamente (eleições para o Poder Executivo), com destaque para o Estado de Pernambuco que registrou 6,84% de brancos e 22,9%, de nulos. Esses dados representam uma considerável elevação em relação às eleições estaduais de 2014, que registraram 6,22% de brancos e nulos somados (CASALECCHI, 2018).

A way of interpreting those data is verifying the voters' opinions on politicians in general. When asked, in BES, if "the majority of politicians are trustworthy" and if "politicians are Brazil's major problem", 64.4% answered "not at all" and 57% said "quite true", indicating a strong rejection to politicians as a whole and mistrust in relation to the democratic institutions – significant responses that could explain the electoral alienation described above.

The increasing party fragmentation after 2018, as demonstrated in Graph 8.1, confirmed a trend started back in 2002. Between 1989 and 2002, an average of 18 parties integrated the House of Representatives, a figure that changed to 20 in 2006, 22 in 2010, 28 in 2014 and hit 30 in 2018. In comparative terms, Nicolau (2017) presents data compiled by Michael Gallagher relative to 1,167 elections for lower houses between 1919 and 2015 in 137 countries, showing that out of the four elections that produced the biggest fragmentation in the world in those houses, three of them were the elections of 2006, 2010 and 2014 in Brazil. Therefore, Brazil in 2018 can be considered the country with the highest party fragmentation of the world.

Table 8.3 summarizes these significant changes in the composition of the executive and legislative powers, both in the states and in the federal government. Comparing the data from 2010 and 2014, quite significant changes were noticed in the party scenario of the state governments. In 2010, six parties had elected governors, a figure that turned into nine in 2014, and 13 in 2018. In terms of party power, in 2010, the Brazilian Social Democracy Party (PSDB) was the one with most elected governors (8), followed by the Brazilian Socialist Party (PSB), with six. Next came the Labor Party (PT) and the former Brazilian Democratic Movement Party (PMDB) – current Brazilian Democratic Movement (MDB) –, with five, and, at last, Democrats (DEM) with two and the National Mobilization Party (PMN), with one. In the elections of 2014, the PMDB was the party with most elected governors, expanding to seven the number of elected governors, whereas the PSDB decreased to five and the PT remained stable, also with five elected governors. The PSB declined to three, the Democratic Labor Party (PDT) and the Social Democratic Party (PSD) elected two, and the Communist Party of Brazil (PCdoB), the Progressive Party (PP) and the Republican Party of Social Order (PROS), one governor. In 2018, the PT elected the biggest number of governors, four, followed by the MDB, the Social Liberal Party (PSL) and PSB with three. They were followed by the PSD, the Social Christian Party (PSC) and DEM, with two. Finally, PDT, PP, PCdoB, the Humanist Party of Solidarity (PHS) and the New Party (Novo) elected one governor each.

Uma maneira de compreender esses dados é verificar as atitudes manifestas pelos eleitores sobre a classe política. Quando confrontados, no ESEB, com as afirmações “a maior parte dos políticos é confiável” e “os políticos são o principal problema do Brasil”, 64,4% discordaram muito da primeira e 57% concordaram muito com a segunda, indicando um quadro de forte rejeição à classe política, e também desconfiança em relação às instituições democráticas, atitudes importantes para entendermos o quadro da alienação eleitoral acima descrito.

A ampliação da fragmentação partidária após 2018, como demonstra o Quadro 8.1, confirmou uma tendência verificada desde 2002. Entre 1989 e 2002 havia uma média de 18 partidos representados na Câmara dos Deputados, número que passa para 20 em 2006, 22 em 2010, 28 em 2014, chegando a 30 em 2018. Em termos comparativos, Nicolau (2017) apresenta dados compilados por Michael Gallagher relativos a 1 167 eleições para câmaras baixas entre 1919 e 2015, em 137 países, mostrando que entre as quatro eleições que produziram a mais alta fragmentação do mundo nestas câmaras, três delas foram as eleições de 2006, 2010 e 2014, no Brasil. Dessa forma, o Brasil em 2018 pode ser considerado o País com a mais alta fragmentação partidária do mundo.

A Tabela 8.3 sintetiza as mudanças mais significativas na composição dos poderes executivo e legislativo tanto nos estados quanto no âmbito nacional. Comparando com dados de 2010 e 2014, verificam-se alterações bastante significativas no quadro partidário dos governos estaduais. Em 2010, seis partidos haviam eleito governadores, número que passa para nove, em 2014, e 13, em 2018. Em termos de força partidária, em 2010 o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi o partido que elegeu mais governadores (8), seguido pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), com seis. Logo em seguida apareciam Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com cinco, e, por fim, Democratas (DEM), com dois e Partido da Mobilização Nacional (PMN), com um. Já nas eleições de 2014 o PMDB foi o partido que mais elegeu governadores, ampliando para sete o número de eleitos, o PSDB diminuiu para cinco e o PT ficou estável, também com cinco governadores eleitos. O PSB declinou para três, Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Social Democrático (PSD) elegeram dois, e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Progressistas (PP) e Partido Republicano da Ordem Social (PROS), um governador. Em 2018 foi a vez do PT eleger o maior número de governadores (4), seguido por PMDB, Partido Social Liberal (PSL) e PSB, com três. Em seguida aparecem PSD, Partido Social Cristão (PSC) e DEM, com dois. Por fim, com um governador cada, temos PDT, PP, PCdoB, Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Partido Novo (Novo).

In the State Houses, in spite of the significant power of the traditional legends, like the MDB (92 elected), PT (83 elected) and PSDB (73 elected), parties considered then as less relevant conquered a big number of chairs, with a highlight to the PSL (76 elected). An example of the dimension of the changes in the composition of the state benches can be seen when such data are compared with those from 2014. Back then, the same parties had elected 142 (MDB), 108 (PT) and 97 (PSDB), whereas the PSL had elected only 17 representatives. Together, the first three parties had more than 40% of the chairs of the state parliaments in 2010, declining to 33% in 2014 to stand at 24% in 2018.

Nevertheless, it is at the Federal level where the changes are the most significant ones. The PSL managed to elect 52 members for the House of Representatives, standing only behind the PT (with less three chairs) and much ahead of the MDB (34 federal representatives elected) and PSDB (with 29 federal representatives). Resuming the comparison with data from previous elections, the PSL had elected only one federal representative in 2014. On the other hand, the three biggest parties had elected 70 (PT), 66 (MDB) and 54 (PSDB). Together those three parties controlled more than 37% of the federal representatives in 2014. In 2018, that figure shrank to 23%.

In the Senate, the 2018 election renewed two-thirds of the house. On that occasion, the MDB elected seven senators and the Sustainability Network (REDE), five, PP, five. With four senators each were the PT, PSDB, DEM, PSD and PSL (Table 8.3). In the overall picture, 20 parties elected senators in 2018. The strength of the changes towards the system fragmentation is so that the number of parties that elected senators hit 15 in the last election (2010), when two-thirds of the house were replaced. Comparing once again with previous elections, while the three biggest parties – PT, MDB and PSDB – had 32% of the senators in 2010, the figure declines to slightly more than 15% from 2018 onward.

Data on the rejection of the traditional parties illustrate the changes in the electoral choices. The BES question on the general evaluation of the political parties' performance recorded more than 63% for the sum of the answers "bad" and "disastrous". Approaching the parties in particular, the same poll asked respondents to choose numbers to represent dozens of national legends from a preference scale in which "0" was "do not like them at all" and "19" was "like them quite a lot". In 2018, concerning PT and PSDB the records were, respectively, 36% and 21% of voters at the lowest grade, against 13% recorded for PSL,

Nas assembleias estaduais, apesar de legendas tradicionais continuarem com força expressiva, como MDB (92 eleitos), PT (83 eleitos) e PSDB (73 eleitos), partidos com pouca relevância até então conquistam um grande número de cadeiras, com destaque absoluto para o PSL (76 eleitos). Um exemplo do tamanho das mudanças na composição das bancadas estaduais pode ser verificado quando se comparam tais dados com 2014. Naquela eleição, os mesmos partidos elegeram 142 (PMDB), 108 (PT), 97 (PSDB). Nesse mesmo pleito o PSL elegeu apenas 17 deputados. Juntos, os três primeiros partidos possuíam mais de 40% das cadeiras dos parlamentos estaduais em 2010, declinando para 33% em 2014, e chegando a 24%, em 2018.

É no nível federal, todavia, que as alterações são mais significativas. O PSL conseguiu eleger 52 deputados para a Câmara dos Deputados, ficando atrás apenas do PT (com três cadeiras a menos) e muito à frente do MDB (34 deputados federais eleitos) e PSDB (com 29 deputados federais). Retomando a comparação com dados de eleições anteriores, em 2014 o PSL havia eleito apenas um deputado federal. Já os três maiores, elegeram 70 (PT), 66 (PMDB) e 54 (PSDB). Os três partidos controlavam juntos mais de 37% dos parlamentares federais em 2014. Em 2018, este número declina para 23%.

No Senado, a eleição de 2018 renovou dois terços da casa. Nesta eleição, o MDB elegeu sete senadores, a Rede Sustentabilidade (REDE), cinco, PP, cinco, e, com quatro eleitos, tivemos, além do PSL, o PT, PSDB, DEM e PSD (Tabela 8.3). No quadro geral 20 partidos elegeram senadores em 2018. Para avaliar a força das mudanças rumo à fragmentação do sistema, na última eleição em que foram substituídos dois terços da casa (2010), o número de partidos que elegeram senadores chegou a 15. Comparando ainda com eleições anteriores, enquanto os três maiores partidos (PT, PMDB e PSDB) possuíam 32% do total de senadores em 2010, a partir de 2018 este número declina para pouco mais de 15%.

Dados sobre a rejeição desses partidos tradicionais ilustram essa mudança nas escolhas eleitorais. Em pergunta geral sobre a avaliação da atuação dos partidos políticos, o ESEB registrou mais de 63% no somatório das respostas “ruim” e “péssima”. Tratando dos partidos específicos, a mesma pesquisa propôs aos entrevistados uma escala de gosto para avaliação de dezenas de legendas nacionais na qual o “0” representa a posição “não gosto de jeito nenhum” e o “19” equivale a “gosto muito”. Em 2018, em relação a PT e PSDB foram registrados, respectivamente, 36% e 21% dos eleitores nesse extremo de avaliação negativa, contra 13% registrados para o PSL, o vitorioso no pleito. O dado mais relevante, todavia, diz respeito a alternativa “não conheço o partido”, já que quase 56% da amostra declarou não conhecer o partido do presidente eleito, contra taxas de 21% de desconhecimento para o PSDB e 5,0% para o PT.

the election winner. The most relevant data, however, is about the alternative "do not know them", since almost 56% of the respondents answered they did not know the party of the elected president, against rates of 21% for not knowing the PSDB and 5.0%, for the PT.

The whole set of data discussed indicates a picture of significant changes in the national politics, leveraged by the negative attitude and lack of willingness of voters in relation to the national political institutions and leaders. It seems that the persistent political distrust has undermined the civic engagement of our electorate and has also worsened the worrying enough fragmentation of our party system. The reconfiguration of the political forces at national and state level is undeniable and the future will tell about its consequences on governability and also on the worn-out relationship between citizenship, political institutions and its operators.

References

BLAIS, A.; RUBENSON, D. The source of turnout decline: new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, London, v.46, n.1, p. 95-117, 2012. Available from: < <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0010414012453032>>. Cited: May 2020.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 14, p. 255-295, 2014. Available from: < <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/144>>. Cited: May 2020.

CASALECCHI, G. A. Participação política. *Brasil em Números*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2018. Available from: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhe>>. Cited: May 2020.

NICOLAU, J. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy* em Português, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 90-113, 2017. Available from: <<https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/publicacoes/journal-of-democracy-em-portugues>>. Cited: May 2020.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política. *Brasil em Números*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 2019. Available from: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhe>>. Cited: May 2020.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; CASALECCHI, G. A constituição cidadã e a cultura política: uma sociedade mais participativa e democrática? In: HOLLANDA, C. B.; VEIGA, L. F.; AMARAL, O. E. do. (Org.). *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba: Rio de Janeiro: ed. UFPR: Konrad Adenauer Stiftung, 2018. 398 p. (Pesquisa).

Translated by: Gisele Flores Caldas Manhães

O conjunto dos dados discutidos indica um quadro de mudanças consideráveis na política nacional impulsionadas por disposições e atitudes negativas do eleitorado em relação às lideranças e instituições políticas nacionais. A desconfiança política persistente, ao que tudo indica, tem fragilizado o engajamento cívico de nosso eleitorado e também agravado a já preocupante fragmentação de nosso sistema partidário. A reconfiguração das forças políticas no contexto nacional e também nos estados é inegável e o futuro nos dirá as suas consequências sobre a governabilidade e também sobre a desgastada relação entre cidadania, instituições políticas e seus operadores.

Referências

BLAIS, A.; RUBENSON, D. The source of Turnout decline: new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, v. 46, n.1, p. 95–117, 2012. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0010414012453032>>. Acesso em: maio 2020.

CARREIRÃO, Y. S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 14, p. 255–295, 2014. Disponível em: < <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/144>>. Acesso em: maio 2020.

CASALECCHI, G. A. Participação política. *Brasil em Números*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 26, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhe>>. Acesso em: maio 2020.

NICOLAU, J. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994–2014). *Journal of Democracy em Português*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 90–113, 2017. Disponível em: <<https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/publicacoes/journal-of-democracy-em-portugues>>. Acesso em: maio 2020.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política. *Brasil em Números*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 2019. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhe>>. Acesso em: maio 2020.

RIBEIRO, E.; BORBA, J.; CASALECCHI, G. A "Constituição Cidadã" e a cultura política: uma sociedade mais participativa e democrática? In: HOLLANDA, C. B.; VEIGA, L. F.; AMARAL, O. E. do. (Org.). *A constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba ; Rio de Janeiro: ed. UFPR : Konrad Adenauer Stiftung, 2018. 398 p. (Pesquisa).

Tabela 8.1 - Média de eleitores por seção, seções e eleitores existentes - 2018
Table 8.1 - Average voters by polling section, polling sections and voters - 2018

Grandes Regiões e Unidades da Federação/ <i>Major Regions and Federation Units</i>	Média de eleitores por seção/ <i>Average voters by polling section</i>	Seções/ Polling sections	Eleitores existentes/ Voters
Brasil/Brazil	306	479 516	146 805 548
Norte/North	288	39 989	11 535 807
Rondônia	253	4 654	1 175 733
Acre	252	2 174	547 680
Amazonas	325	7 466	2 428 098
Roraima	258	1 291	333 464
Pará	296	18 553	5 499 283
Amapá	301	1 704	512 110
Tocantins	251	4 147	1 039 439
Nordeste/Northeast	281	139 731	39 222 149
Maranhão	244	18 604	4 537 237
Piauí	237	9 988	2 370 894
Ceará	264	24 001	6 344 483
Rio Grande do Norte	305	7 782	2 373 619
Paraíba	274	10 472	2 867 649
Pernambuco	314	20 897	6 570 072
Alagoas	332	6 587	2 187 967
Sergipe	294	5 364	1 577 058
Bahia	288	36 036	10 393 170
Sudeste/Southeast	332	192 410	63 904 445
Minas Gerais	311	50 534	15 700 966
Espírito Santo	304	9 058	2 754 728
Rio de Janeiro	348	35 650	12 408 340
São Paulo	340	97 168	33 040 411
Sul/South	302	70 801	21 396 031
Paraná	298	26 792	7 971 087
Santa Catarina	312	16 275	5 070 212
Rio Grande do Sul	301	27 734	8 354 732
Centro-Oeste/Central-West	294	36 585	10 747 116
Mato Grosso do Sul	274	6 848	1 877 982
Mato Grosso	291	8 020	2 330 281
Goiás	302	14 764	4 454 497
Distrito Federal	300	6 953	2 084 356

Fonte/Source : Repositório de Dados Eleitorais. Eleitorado. Eleições 2018. In: Tribunal Superior Eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2020/
Cited: Jan. 2020.

Nota: Dados de dezembro de 2018./Note: Data of December 2018.

Quadro 8.1 - Partidos políticos com votação - 2018

Figure 8.1 - Political parties with votes - 2018

Sigla/Initials	Partido/Party
AVANTE	Partido Avante
DC	Partido Democrata Cristã
DEM	Partido Democrata
MDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
NOVO	Partido Novo
PATRI	Partido Patriota
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODE	Partido Podemos
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democrata Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido do Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade

Fonte/Source : Partidos políticos registrados no TSE. In: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Partidos. Brasília, DF: TSE, [2020]. Disponível em/Available from : <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: jan. 2020/
Cited: Jan. 2020.

Nota: Dados de Dezembro de 2018. / Note: Data of December 2018.

**Tabela 8.2 - Distribuição percentual dos resultados da apuração
para governador - 2018**

*Table 8.2 - Percentage distribution of vote cast
for governor - 2018*

Unidades da Federação e exterior/ <i>Federation Units and abroad</i>	Distribuição percentual (%) / <i>Percentage distribution (%)</i>		
	Votos válidos/ <i>Valid votes</i>	Votos brancos/ <i>Blank votes</i>	Votos nulos/ <i>Void votes</i>
Acre	94,06	1,63	4,31
Alagoas	76,50	6,10	17,39
Amazonas	91,48	1,55	6,97
Amapá	92,96	1,56	5,48
Bahia	81,97	3,82	14,21
Ceará	82,47	4,70	12,83
Distrito Federal	88,92	3,70	7,38
Espírito Santo	86,92	5,17	7,92
Goiás	83,54	5,13	11,33
Maranhão	87,38	2,89	9,73
Minas Gerais	79,86	5,25	14,90
Mato Grosso do Sul	88,36	3,67	7,97
Mato Grosso	81,46	5,49	13,05
Pará	87,72	2,63	9,64
Paraíba	79,02	4,67	16,31
Pernambuco	70,17	6,84	22,99
Piauí	86,95	3,17	9,89
Paraná	85,37	5,84	8,78
Rio de Janeiro	81,79	4,69	13,51
Rio Grande do Norte	86,90	3,07	10,03
Rondônia	87,19	3,23	9,58
Roraima	94,16	1,37	4,47
Rio Grande do Sul	86,73	5,17	8,10
Santa Catarina	86,63	4,87	8,50
Sergipe	80,06	3,89	16,05
São Paulo	80,15	5,52	14,33
Tocantins	84,79	1,73	13,48

Fonte/Source: Repositório de dados eleitorais. Estatísticas. In: Brasil. Tribunal Superior eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, [2020]. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2020/
Cited: Jan. 2020 .

**Tabela 8.3 - Candidatos eleitos por cargo,
segundo os partidos políticos - 2018**
Table 8.3 - Candidates elected by political party - 2018

(continua/continues)

Partido político/ <i>Political party</i>	Candidatos eleitos/ <i>Candidates elected</i>			
	Deputado Distrital/ <i>District Deputy</i>	Deputado Estadual/ <i>State Deputy</i>	Deputado Federal/ <i>Federal Deputy</i>	Governador/ <i>Governor</i>
Total	24	1 035	513	27
AVANTE	2	13	7	-
DC	-	10	1	-
DEM	-	53	29	2
MDB	1	92	34	3
NOVO	1	11	8	1
PATRI	-	16	5	-
PC do B	-	21	9	1
PCB	-	-	-	-
PCO	-	-	-	-
PDT	2	51	28	1
PHS	1	14	6	1
PMB	-	3	-	-
PMN	-	6	3	-
PODE	1	21	11	-
PP	1	69	38	1
PPL	-	4	1	-
PPS	-	21	8	-
PR	1	42	33	-
PRB	2	40	30	-
PROS	2	18	8	-
PRP	1	11	4	-
PRTB	-	16	-	-
PSB	2	63	32	3
PSC	1	29	8	2
PSD	1	57	34	2
PSDB	-	73	29	3
PSL	-	76	52	3
PSOL	1	17	10	-
PSTU	-	-	-	-
PT	2	83	55	4
PTB	-	31	10	-
PTC	1	11	2	-
PV	-	27	4	-
REDE	1	7	1	-
SOLIDARIEDADE	-	29	13	-

**Tabela 8.3 - Candidatos eleitos por cargo,
segundo os partidos políticos - 2018**
Table 8.3 - Candidates elected by political party - 2018

(conclusão/concluded)

Partido político/ Political party	Candidatos eleitos/Candidates elected			
	Vice- governador/ Vice-governor	Senador/ Senator	Presidente/ President	Vice-presidente/ Vice-president
Total	27	54	1	1
AVANTE	1	-	-	-
DC				
DEM	2	4	-	-
MDB	1	7	-	-
NOVO	1	-	-	-
PATRI	-	-	-	-
PC do B	2	-	-	-
PCB	-	-	-	-
PCO	-	-	-	-
PDT	3	2	-	-
PHS	1	2	-	-
PMB	-	-	-	-
PMN	-	-	-	-
PODE	-	1	-	-
PP	1	5	-	-
PPL	-	-	-	-
PPS		2	-	-
PR	1	1	-	-
PRB	1	1	-	-
PROS	2	1	-	-
PRP		1	-	-
PRTB	1	-	-	1
PSB	1	2	-	-
PSC	1	1	-	-
PSD	1	4	-	-
PSDB	1	4	-	-
PSL	2	4	1	-
PSOL	-	-	-	-
PSTU	-	-	-	-
PT	2	4	-	-
PTB	1	2	-	-
PTC	1	-	-	-
PV	-	-	-	-
REDE	-	5	-	-
SOLIDARIEDADE	-	1	-	-

Fonte/Source: Repositório de dados eleitorais. Estatísticas. In: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, [2020]. Disponível em/Available from : <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em jan. 2020/ Cited: Jan. 2020.

Nota: Dados de dezembro de 2018./Note: Data of December 2018.

Gráfico 8.1 - Governadores eleitos, por partido político - 2018

Graph 8.1 - Governors elected, by political party - 2018

Fonte/Source: Repositório de Dados Eleitorais. Eleitorado. Eleições 2018. In: Tribunal Superior Eleitoral. Eleitor e eleições. Brasília, DF: TSE, 2018. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2020/Cited: Jan. 2020.

Nota: Dados de dezembro de 2018./Note: Data of December 2018.

Gráfico 8.2 - Senadores eleitos, por partido político - 2018

Graph 8.2 - Senators elected, by political party - 2018

Fonte/Source: Repositório de dados eleitorais. Resultados. In: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Brasília, DF: TSE, [2020]. Disponível em/Available from: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2020/Cited: Jan. 2020.

**Tabela 8.4 - Distribuição percentual dos resultados da apuração
para presidente - 2018**

*Table 8.4 - Percentage distribution of vote cast
for president - 2018*

Unidades da Federação e exterior/ <i>Federation Units and abroad</i>	Distribuição percentual (%) / <i>Percentage distribution (%)</i>		
	Votos válidos/ <i>Valid votes</i>	Votos brancos/ <i>Blank votes</i>	Votos nulos/ <i>Void votes</i>
Rondônia	94,08	1,63	4,30
Acre	95,36	1,43	3,21
Amazonas	93,45	1,51	5,04
Roraima	95,54	1,17	3,29
Pará	92,78	1,53	5,69
Amapá	94,76	1,38	3,87
Tocantins	92,09	1,03	6,89
Maranhão	94,35	1,45	4,20
Piauí	93,49	1,36	5,15
Ceará	92,98	1,83	5,20
Rio Grande do Norte	91,43	1,91	6,66
Paraíba	90,81	2,15	7,04
Pernambuco	89,91	2,14	7,95
Alagoas	91,61	2,18	6,22
Sergipe	88,97	2,09	8,94
Bahia	90,74	1,69	7,58
Minas Gerais	88,42	2,85	8,73
Espírito Santo	92,52	2,58	4,90
Rio de Janeiro	89,34	2,66	8,00
São Paulo	88,59	3,06	8,35
Paraná	93,21	2,26	4,53
Santa Catarina	92,90	2,27	4,83
Rio Grande do Sul	92,02	3,26	4,72
Mato Grosso do Sul	93,33	1,98	4,69
Mato Grosso	94,02	1,63	4,35
Goiás	92,35	2,00	5,65
Distrito Federal/ <i>Federal District</i>	92,95	2,26	4,79
Exterior/ <i>Abroad</i>	93,77	3,04	3,18

Fonte/*Source*: Repositório de dados eleitorais. Resultados. In: Brasil. Tribunal Superior eleitoral. Eleições 2018. Brasília, DF: TSE, [2020].Disponível em/*Available from*: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: jan. 2020/*Cited: Jan. 2020*.